



Escola Nacional de Administração Pública

A EDUCAÇÃO DIGITAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E ACELERADORA DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como parte dos
requisitos para obtenção do grau de
Especialista em Desenvolvimento
Local e Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável.

Aluno: Desirée Silva de Queiroz
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rubia
Quintão

Brasília – DF
Setembro/2019

Resumo

Na Agenda 2030 foram estabelecidos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas globais para alcançar a prosperidade e o bem-estar de todos até 2030.

O Rio de Janeiro, para promover o desenvolvimento local, sob a égide dos ODS, elaborou o Plano Estratégico, 2017 a 2020, que como um dos diagnósticos situacionais do mercado de trabalho apresentou que somada à redução das vagas de emprego, o problema da falta ou baixa capacitação profissional continua latente, principalmente entre os jovens de baixa renda.

Se por um lado, o desemprego na cidade tem aumentado e atingindo, prioritariamente, jovens em condições de vulnerabilidade social, de outro, o mercado de trabalho na área de tecnologia encontra-se aquecido com vagas ociosas por falta de qualificação profissional.

Nesse sentido, o objetivo desse projeto de intervenção é criar capacitação em tecnologia da informação para qualificar a mão de obra de jovens entre 18 e 24 anos em condições de vulnerabilidade social, por meio do financiamento dos empresários locais, com intermediação da prefeitura e formação de parceria voluntária com instituição do Terceiro Setor.

Dessa forma, como resultados esperados pretende-se possibilitar a empregabilidade dos jovens cariocas, em especial os de baixa renda, promovendo o aumento do seu valor agregados, atraindo investimentos e garantindo o crescimento econômico.

Assim, a educação digital como aceleradora dos ODS promove impacto diretos em, pelo menos, 6 dos 17 ODS: educação de qualidade, emprego digno e crescimento econômico, cidades sustentáveis, redução das desigualdades, erradicação da pobreza e parcerias e meios de implementação.

Palavras-chave: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local; Desemprego; Capacitação; Tecnologia da Informação

Sumário

1. Introdução	1
2. O Problema	3
3. Justificativa.....	4
3.1 O Rio de Janeiro e suas mazelas socioeconômicas	7
3.2 A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a sua organização política e institucional	10
3.3 A Zona Portuária e o Bairro Caju.....	14
3.4 O Empresariado local.....	17
4. Objetivos.....	17
5. Revisão de Literatura	18
5.1 Alinhando as metas globais, nacionais e municipais.....	25
5.2 Os ODS e as parcerias para implementação.	28
6. Metodologia	29
6.1 A Construção do Plano de Intervenção	29
6.2 A Execução do Plano de Intervenção.....	29
6.3 A Formação em Tecnologia da Informação	30
7. Cronograma.....	32
8. Recursos Necessários	33
8.1 Recursos materiais necessário	33
8.2 Aquisições e contratações necessárias.....	33
9. Resultados Esperados.....	34
10. Referências Bibliográficas.....	35

1. Introdução

Esse projeto de intervenção é produto da aproximação da administração pública federal e da gestão pública municipal. Assim, a Escola Nacional de Administração Pública e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, instrumentalizadas por meio da Especialização em Desenvolvimento Local e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, pretendem contribuir para a ampliação da capacidade de gestão municipal em prol da elaboração de políticas públicas que dialoguem com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Agenda 2030, para o Desenvolvimento Sustentável, foi pactuada pelos 193 países membros da ONU, no qual o Brasil é signatário, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 2015, ao reconhecerem a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, inclusive a pobreza extrema, como o maior desafio global. Foram estabelecidos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e 169 metas globais para alcançar a prosperidade e o bem-estar de todos até 2030.

Os 17 ODS são interligados, integrados e indivisíveis e visam equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável social, econômica e ambiental, com o lema: ***“NÃO DEIXAR NINGUÉM PRA TRÁS”***.

Conforme, anunciado pelas Nações Unidas Brasil (2015), na publicação “Conheça os novos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU”, em relação ao ODS 8, Trabalho Crescente e Crescimento Econômico, aproximadamente 2,2 bilhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza e a erradicação do problema só é possível por meio de empregos bem pagos e estáveis.

O desemprego global tem aumentado nos últimos anos atingindo, principalmente, mulheres e jovens. No Brasil, de acordo com o IBGE, no relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD Contínua: Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2018, o contingente de pessoas desocupadas quase que dobrou nos últimos quatro anos, assim como, a taxa de subutilização da força de trabalho (percentual de pessoas desocupadas, subocupadas

por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial ¹ e o percentual de pessoas desalentadas.

Destaca-se que o percentual de desalentados é representado pelo subgrupo de pessoas da força de trabalho potencial que não haviam realizado busca efetiva por trabalho por considerar que: não conseguiriam trabalho adequado; não tinham experiência profissional ou qualificação; não conseguiam trabalho por serem considerados muito jovens ou muito idosos ou não havia trabalho na localidade. Todavia, gostariam de ter um trabalho e estão disponíveis para trabalhar (IBGE,2018).

Concomitantemente a essa conjuntura global e nacional, no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, 2017-2020, como um dos diagnósticos situacionais do mercado de trabalho apresentou que: somada à redução das vagas de emprego, o problema da falta ou baixa capacitação profissional continua latente, principalmente entre os jovens de baixa renda.

Como forma de promover o desenvolvimento local, implementando políticas públicas sob a égide dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o poder executivo institucionalizou essa intenção ao elaborar o seu Plano Estratégico, para os anos 2017 a 2020, intitulado “Rio 2020: mais solidário e mais humano”. Na seção 4, Revisão de Literatura, o Plano Estratégico será explicado detalhadamente.

Nesse contexto, a motivação para a implementação do Plano de Intervenção se deu ao se observar empiricamente a dicotomia existente no bairro Caju. Se, por um lado, o referido bairro se localiza na zona portuária onde está instalado o terceiro porto mais importante do país e localizada uma vasta quantidade de empresas com um grande potencial econômico; por outro, é o bairro que, também, apresenta

¹ Composta por pessoas de 14 anos ou mais de idade, que na semana de referência não estavam ocupadas nem desocupadas, mas possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho. Este contingente está dividido em dois grupos: O daqueles que realizaram busca efetiva por trabalho no período de 30 dias, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência em função dos seguintes motivos: 1 - Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s); 2 - Estava estudando (*em curso de qualquer tipo ou por conta própria*); 3 - Por problema de saúde ou gravidez; 4 - Por ser muito jovem ou muito idoso para trabalhar; e 5 - Por não querer trabalhar. Também, por aqueles que não haviam realizado busca efetiva por trabalho no período de 30 dias, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência em função dos seguintes motivos: conseguiu proposta de trabalho para começar após a semana de referência; estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho não conseguia trabalho adequado; não tinha experiência profissional ou qualificação; não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso; não havia trabalho na localidade; tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s); estava estudando (*em curso de qualquer tipo ou por conta própria*); por problema de saúde ou gravidez.

indicadores sociais que demonstram alta vulnerabilidade, principalmente, entre os jovens.

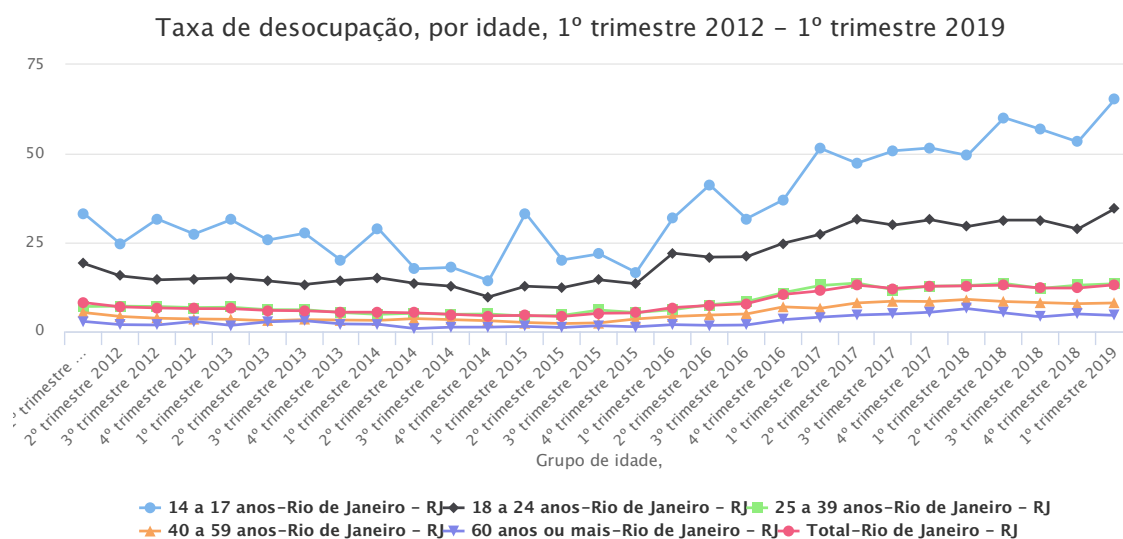
Assim, esse Plano de Intervenção proporá a criação de capacitação em tecnologia da informação financiado por empresas “madrinhas” locais com a intermediação da prefeitura na captação de recursos e formando parceria com organização da sociedade civil.

Dessa forma, pretende-se promover o desenvolvimento local, a partir da implementação de políticas públicas conforme proposto no Plano Estratégico da Cidade e dialogando com os objetivos e metas globais.

2. O Problema

Dados do primeiro trimestre de 2019, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), revelaram que a taxa de desocupação carioca tem subido progressivamente desde 2012, atingindo 13,1 %, sendo, portanto, maior que a nacional que é de 12,7%.

Os maiores índices de desocupação atingem a população carioca jovem, entre 14 a 17 e 18 a 24 anos, sendo, respectivamente, 65,2% e 34,5%. Com relação a população adulta, os números são mais baixos, mas não deixam de impactar significativamente o percentual da população economicamente ativa no município do Rio de Janeiro, alcançando, 11,9 % e 7,5 % nas faixas entre 25 a 39 e 40 a 59 anos. A seguir, no gráfico abaixo é demonstrado a evolução da taxa de desocupação desde 2012 por faixa etária.



Fonte: "IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral"

Paradoxalmente a esse cenário de escassez de emprego, as mídias divulgam que o mercado de trabalho está aquecido na área de tecnologia e de acordo com uma análise da Cisco Systems, cerca de 450 mil postos de trabalho não poderão ser preenchidos em 2019 por falta de qualificação.

Nesse contexto, o problema que esse Plano de Intervenção busca solucionar é o desemprego decorrente da falta de qualificação que atinge, prioritariamente, jovens de baixa renda em condição de vulnerabilidade social.

3. Justificativa

O desemprego global aumentou de 170 milhões em 2007 para cerca de 202 milhões em 2012, dentre eles, aproximadamente 75 milhões são mulheres ou homens jovens. Aproximadamente 2,2 bilhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza e a erradicação do problema só é possível por meio de empregos bem pagos e estáveis. 470 milhões de empregos são necessários mundialmente para a entrada de novas pessoas no mercado de trabalho entre 2016 e 2030 (ONU, 2015).

No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD Contínua: Retrospectiva 2012-2018 mostrou que em quatro anos (de 2014 para 2018) o contingente de desocupados passou de 6,7 para 12,8 milhões (aumentou em 6,1 milhões), ou seja, quase dobrou (90,3%). Ressalta-se que 2014 foi o ano em que o

mercado de trabalho brasileiro registrou os menores níveis de desocupação desde o início da série da pesquisa. No confronto do ano de 2018 com o ano anterior, verificou-se redução de 398 mil (-3,0%) nesta estimativa. A redução em 2018 interrompeu a trajetória de crescimento anual que ocorria na população desocupada desde 2015. Após o menor patamar em 2017 (53,9%), o nível da ocupação, estimado em 2018 em 54,1%, voltou a crescer. Contudo, ainda permaneceu distante da estimativa de 2014, quando atingiu 56,9%.

A pesquisa também revelou que o contingente de pessoas subutilizadas na força de trabalho no Brasil aumentou 3,4% em relação a 2017, compreendendo 27,4 milhões de pessoas em 2018, e correspondendo a maior taxa de subutilização (percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação a força de trabalho ampliada) da série (24,4%).

Outro fato importante demonstrado nesse trabalho é o contingente de pessoas desalentadas estimado em aproximadamente 4,7 milhões em 2018, maior valor da série. Em relação a 2017, o crescimento foi de 13,4%. A menor estimativa para essa população ocorreu em 2014 (1,5 milhão de pessoas). Dessa forma, em 4 anos, o contingente de desalentados no Brasil aumentou em 3,2 milhões de pessoas.

Concomitantemente a essa conjuntura estrutural, no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, 2017-2020, como um dos diagnósticos situacionais do mercado de trabalho descreve-se que: somada à redução das vagas de emprego, o problema da falta ou baixa capacitação profissional continua latente, principalmente entre os jovens de baixa renda, o que também acarreta em indicadores negativos para a cidade. Em razão disso, o cidadão carioca continua encontrando muita dificuldade para se colocar ou recolocar profissionalmente. Torna-se fundamental, portanto, capacitar o trabalhador para acessar o mercado de trabalho formal, principalmente nos setores mais dinâmicos da Economia.

A Indústria 4.0² vem sendo impulsionada por tecnologias disruptivas no mundo do trabalho: robôs autônomos, Big Data; Inteligência Artificial (IA), Internet das coisas

² Foi na edição de 2011 da Feira de Hannover que o conceito da Indústria 4.0 começou a ser revelado ao público em geral. A iniciativa, fortemente patrocinada e incentivada pelo governo alemão em

(IoT), Realidade Virtual/Aumentada e impressoras 3D. Essa iniciativa promete acabar com milhões de profissões nos próximos cinco anos, porém, outras irão surgir. A falta de capacitação em tecnologia da informação é um entrave para a colocação profissional e para enfrentar os novos desafios que estão por vir.

O Brasil já sofre as consequências desse “hiato digital” e segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABRascom), 50 mil postos de trabalho estão vagos aguardando trabalhadores aptos a ocuparem essas vagas. As demandas na área de TI vão na contramão e se tornam cada vez maiores, à medida que os produtos e serviços se tornam mais digitalizados e 61% da população brasileira tem acesso a internet. O mercado de tecnologia da informação se mantém em constante crescimento apesar da recessão econômica e da instabilidade financeira (SENAC RS, 2018).

De acordo com relatório divulgado recentemente pela União Europeia, *100 radical innovation breakthroughs for the future*, resultado de um estudo ambicioso para antecipar inovações e avanços tecnológicos que poderão impactar a humanidade nas próximas décadas, avanços emergentes e rupturas em duas frentes distintas e interligadas, com potencial de criar valor em escala global, podem oferecer soluções para problemas críticos da sociedade. A primeira frente deverá ser impulsionada pelas tecnologias de informação e da comunicação, a segunda é moldada pelos ODS. O estudo se baseia na premissa de que as mudanças simultâneas nos elementos sociais, tecnológicos e econômicos se aceleram até que um novo paradigma técnico-econômico tome forma e se torne dominante (COMEX, 2019).

Diante desse argumento, para Lopes (2019), estudo recente do Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo indica que setores relevantes para o desenvolvimento da economia brasileira estão distantes da fronteira tecnológica, em razão dos baixos investimentos em pesquisa e inovação. É preocupante, por exemplo, a nossa fragilidade em desenvolvimento de softwares, segmento que está na ponta do avanço tecnológico do mundo e na base de um grande

associação com empresas de tecnologia, universidades e centros de pesquisa do país, propõe uma importante mudança de paradigma em relação à maneira como as fábricas operam nos dias de hoje.

número de inovações e rupturas tecnológicas esperadas para os próximos anos. São indícios se não agirmos com rapidez, articulando políticas e estimulando educação, ciência, tecnologia e indústria, e dando forte ênfase na formação das competências, da infraestrutura e dos processos que serão essenciais para garantir um Brasil, competitivo, próspero e sustentável.

Diante desse cenário, a capacitação em tecnologia da informação promove o desenvolvimento local proporcionando os seguintes benefícios e vantagens:

- formação profissional voltada para a situação atual do mercado de trabalho;
- a qualificação em tecnologia é um atrativo para que a geração dos nativos digitais se motive a estudar;
- ao frequentar um curso de capacitação e ao ocupar a sua mente, o jovem deixa de frequentar o ambiente inóspito e hostil existente nas favelas, suscetíveis a situações de violência e exposição ao tráfico de drogas;
- a qualificação da força de trabalho favorece um ambiente inovador nas empresas e propício para os negócios decorrentes da Indústria 4.0, possibilitando o desenvolvimento de serviços com alto valor agregado;
- mão de obra qualificada é um atrativo para investimentos além de ampliar o potencial da cidade em desenvolver o mercado de serviços.

O produto desse projeto de intervenção, conjuntamente ao desenvolvimento local, reflete resultados nas três dimensões do desenvolvimento sustentável. Na econômica, promove emprego digno e crescimento econômico; na social, possibilita redução das desigualdades e na ambiental, favorece a gestão dos espaços urbanos garantindo moradias dignas e inclusivas.

3.1 O Rio de Janeiro e suas mazelas socioeconômicas

O município do Rio de Janeiro, localizado na Região Sudeste do Brasil, possui 1.200,255 Km² de área de extensão territorial (IBGE,2018) e 84 Km de extensão de praias (oceânicas e interiores).

A população no último censo do IBGE, em 2010 era de 6.320.445 pessoas e para 2018 a população estimada foi de 6.688.927.

Desse contingente populacional, possui 1.434.975 habitantes distribuídos em 1.018 favelas, ou seja, o percentual da população carioca residente em favelas é de 22%. Para efeitos de comparação, de acordo com o Instituto Pereira Passos, com base no censo de 2010, São Paulo possui 11% da sua população morando em aglomerados subnormais e a cidade de Belo Horizonte 13 % (DATA.RIO, 2016).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade do Rio de Janeiro é de 0,799. De acordo com PNUD/FJP/IPEA 2013 - A Cidade do Rio de Janeiro se encontra na faixa de desenvolvimento alto - 8ª posição entre as capitais brasileiras, sendo a com maior IDH da cidade de Florianópolis - 0,847 e a com menor IDH a cidade de Maceió - 0,726 (DATA.RIO, 2016).

Com relação a economia local, o PIB da cidade do Rio de Janeiro representa, aproximadamente, 48 % do PIB do Estado; o PIB per capita da cidade é maior que o do Estado; o salário médio nos empregos formais é um pouco maior que o da cidade de São Paulo e com relação a distribuição de empregos, apresenta um percentual de emprego formal maior que o informal, porém o índice de emprego informal é considerável, acompanhando a média nacional (DATA.RIO, 2016). Na tabela 1, a seguir, apresentam-se alguns dados importantes da economia carioca.

Tabela 1- Dados Econômicos, Fiscais e de Empregos

PIB da CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1)	R\$321 bilhões
PIB do Estado do Rio de Janeiro (1)	R\$659 bilhões
PIB per Capita da CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1)	R\$49.527,98/hab.
PIB per Capita do Estado do Rio de Janeiro (1)	R\$39.826,95/hab.
Orçamento da CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2)	R\$25,1 bilhões
Orçamento Estimado da CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 2017 (2)	R\$30,3 bilhões
Orçamento Estimado da CIDADE DO RIO DE JANEIRO per capita (2)	R\$3.856/hab.
Arrecadação do Imposto Sobre Serviços (2)	R\$5.2 bilhões
Arrecadação do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) (2)	R\$2,5 bilhões
Arrecadação per Capita do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) (2)	R\$379,82/hab.
Empregos Formais na CIDADE DO RIO DE JANEIRO (3)	2.304.692 empregos
Salário Médio do Emprego Formal na CIDADE DO RIO DE JANEIRO (3)	R\$3.737
Salário Médio do Emprego Formal na Cidade de São Paulo (3)	R\$3.771
Peso do Emprego Privado no total do emprego formal na CIDADE DO RIO DE JANEIRO (3)	78,70%
Peso do Emprego Privado no total do emprego formal na Cidade de São Paulo (3)	83,00%
Peso do Emprego Privado no total do emprego formal na Cidade de Belo Horizonte (3)	73,10%
Distribuição do emprego (Informal / Formal) no Estado do Rio de Janeiro (4)	40,1 / 59,9 %
Distribuição do emprego (Informal / Formal) no Brasil (4)	42,6 / 57,4 %

Fontes: DataRio, O Rio em Síntese (1) - IBGE 2015 • (2) - SMF 2017 - Para efeito de comparação, a cidade de São Paulo em 2017, teve orçamento municipal de R\$47,3 bilhões e uma arrecadação de IPTU per Capita de R\$682,54/hab., sob a monta 8,3 bilhões de reais • (3) - MTE/RAIS 2017 • (4) - PNAD Contínua/IBGE 2017

De acordo com o panorama apresentado pelo IBGE Cidades, na dimensão trabalho e rendimento, em 2016 o salário médio mensal era de 4.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 40.6%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 2 de 92. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 25 de 5570. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 31.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 82 de 92 dentre as cidades do estado e na posição 4417 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE Cidades, 2016).

Segundo dados da apresentação do balanço do primeiro ano de governo, em 2017, o peso concentrado da crise econômica gerou a perda de quase 50 mil postos de trabalhos formais. Enquanto no país foram gerados cerca de 300 mil postos de

trabalhos, no Rio, o que se consolidou, foi uma redução significativa, indo de encontro à tendência dos números nacionais (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2017).

Conforme relatório produzido pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas, da Fundação Getúlio Vargas, O Rio em perspectiva: Um diagnóstico de escolhas públicas (2017, p.18):

Há três anos, o desemprego no município era em torno de 4% da população economicamente ativa, situação típica de mercado de trabalho em pleno emprego. Já no fim de 2016, a situação era completamente diferente, com mais de 10% de população desocupada. É a maior taxa de desemprego que o IBGE levantou para o município, desde que passou a ser divulgada por nova metodologia de pesquisa, em 2012.

De 2015 para cá, portanto, o número de desempregados aumentou em 213 mil pessoas, tendo passado de 132 mil pessoas no segundo trimestre de 2015 para 345 mil no último trimestre de 2016. A julgar pelas tendências recentes de agravamento do desemprego no país, divulgadas pelo IBGE para começo de 2017, somadas à evolução sazonal do emprego, é possível que a população desempregada da cidade chegue a meio milhão até meados deste ano.

Corroborando o cenário da crise financeira carioca, a Controladoria Geral do Município divulgou que houve uma redução de, aproximadamente, 22% da receita arrecadada entre os anos de 2016 e 2017, representando o valor de R\$ 3.123.522.741,70. Já, em 2018, a arrecadação subiu 10% em relação a 2017, porém não compensou o quantum perdido nos últimos anos.

3.2 A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a sua organização política e institucional

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do município do Rio de Janeiro, instituído pela Lei Complementar n.º 111, de 1º de fevereiro de 2011, dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental da cidade. Sendo assim, para fins de ordenação para o planejamento, conforme mapa da cidade na pág.13, a cidade é dividida em 10 áreas de planejamento (AP).

Dessa forma, para cada área de planejamento foi criada uma Superintendência Regional. Esses órgãos encontram-se subordinados à Casa Civil e institucionalizados na Subsecretaria de Relações Institucionais, de acordo com o Sistema Integrado de Codificação Institucional da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

O âmbito de atuação dos Superintendentes corresponde a sua área de planejamento, conforme definido pelo Plano Diretor. As Superintendências constituem

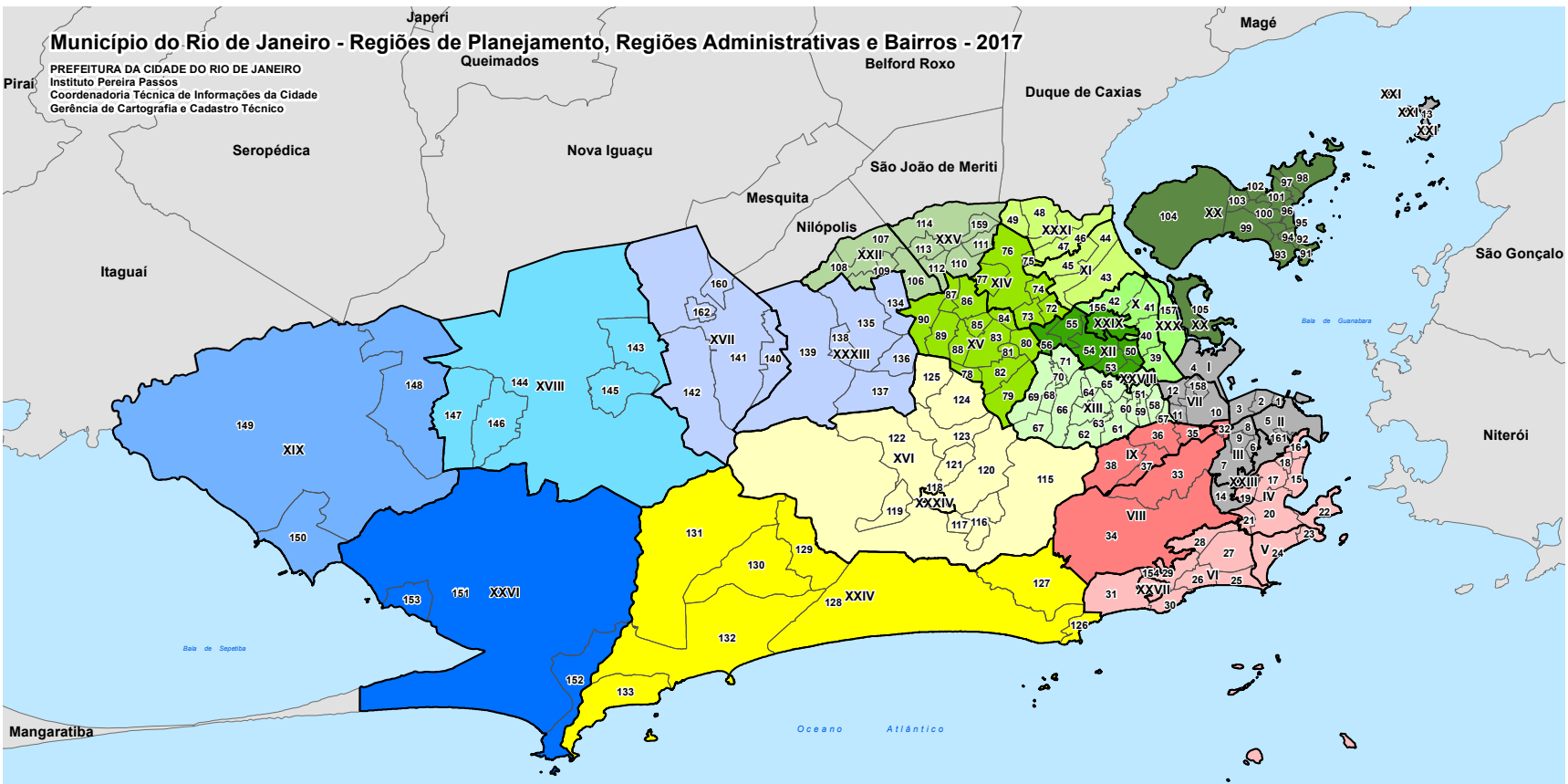
instrumentos que visam aproximar - cada vez mais - o poder público do cidadão, atuando de forma mais eficaz, direcionada e ágil (PCRJ, 2018).

Assim, na prática, os superintendentes representam a figura do prefeito no território correspondente a sua área de planejamento com as seguintes competências:

- Articular a integração das ações dos órgãos locais, inclusive estaduais e federais, da administração direta e indireta, voltadas para a implementação das políticas públicas municipais auxiliando, no que couber, também no desenvolvimento das ações dos governos estadual e federal;
- apoiar a produção das informações locais necessárias ao monitoramento das ações dos órgãos municipais na implementação de políticas públicas regionais, bem como na alimentação de dados na plataforma do Sistema Municipal de Informações Urbanas - SIURB;
- contribuir nos trabalhos de regionalização do orçamento municipal, na fixação de objetivos e metas de sua área;
- promover formas democráticas e participativas de gestão pública;
- articular, com as Superintendências de Supervisão Regional limítrofes, as instâncias intermediárias de planejamento e de gestão, nos casos em que o serviço ou o projeto em causa ultrapasse seus limites territoriais;
- atuar como indutora do desenvolvimento econômico e social local, com orientação baseada nas potencialidades existentes e nos interesses manifestados pela população;
- incentivar o acesso dos cidadãos aos dados abertos do SIURB e aos aplicativos que os utilizem, para proveito das empresas e dos cidadãos locais, bem como aumentar a transparência na prestação dos serviços públicos;
- colaborar com a implantação física das sedes dos diversos órgãos municipais setoriais na Superintendência de Supervisão Regional.

Diante dessas informações destaca-se que esse plano de intervenção será implementado na Superintendência Regional da área de planejamento 1.0, onde desempenho as minhas atividades profissionais, no qual o bairro do Caju está incluído no meu âmbito de atuação, por integrar um dos dezesseis bairros da área. O projeto

de intervenção se configurará como uma das ações que serão desempenhadas para se promover o desenvolvimento local a partir de um bairro da cidade.



Município do Rio de Janeiro - Regiões de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros - 2017
 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Instituto Pereira Passos
 Coordenadoria Técnica de Informações da Cidade
 Gerência de Cartografia e Cadastro Técnico

Área de Planejamento 1	Área de Planejamento 2	Área de Planejamento 3	Área de Planejamento 4	Área de Planejamento 5							
Região de Planejamento 1.1 - Centro I RA - Pontalura 001 Saúde 002 Gamboa 003 Santo Cristo 004 Caju II RA - Centro 005 Centro 006 Hamará 007 Lapa III RA - Rio Comprido 008 Catumbi 009 Rio Comprido 010 Cidade Nova 011 Estácio 012 São Cristóvão 013 Imperial de São Cristóvão 014 Mangueira 015 Belford Roxo 016 Visconde da Gama 017 Rio de Janeiro 018 Paqueta 019 Santa Tereza 020 Santa Tereza	Região de Planejamento 2.1 - Zona Sul IV RA - Botafogo 021 Flamengo 022 Glória 023 Laranjeiras 024 Olaria 025 Cosme Velho 026 Botafogo 027 Hamará 028 Urca V RA - Copacabana 029 Leme 030 Copacabana 031 Cidade Nova 032 Estácio 033 São Cristóvão 034 Imperial de São Cristóvão 035 Mangueira 036 Belford Roxo 037 Visconde da Gama 038 Rio de Janeiro 039 Paqueta 040 Santa Tereza 041 Santa Tereza	Região de Planejamento 3.1 - Ramos X RA - Ramos 042 Marquês 043 Bonsucesso 044 Ramos 045 Olaria 046 Vista Alegre 047 Itaipá 048 Mare 049 Madureira 050 Campinho 051 Jacaré 052 São Francisco Xavier 053 Rocha 054 Riachuelo 055 Sampaio 056 Engenho Novo 057 Lins de Vasconcelos 058 Méier 059 Todos os Santos 060 Vidigal 061 São Conrado 062 XXIV RA - Rocinha 063 Rocinha 064 Rocinha 065 Maracanã 066 Vila Isabel 067 Anil 068 Grajaú	Região de Planejamento 3.2 - Madureira XI RA - Itaipá 067 Vista Alegre 068 Vicente de Carvalho 069 Ramos 070 Vista Alegre 071 Itaipá 072 Colégio 073 Madureira 074 Campinho 075 Quintino Bocaiuva 076 São Francisco Xavier 077 Engenheiro Leal 078 Cascadura 079 Madureira 080 Vaz Lobo 081 Tururu 082 Rocha Miranda 083 Honório Gurgel 084 Osvaldo Cruz 085 Bento Ribeiro 086 Manoel Hermes	Região de Planejamento 3.3 - Inhaúma XII RA - Inhaúma 087 Inhaúma 088 Mãe da Graça 089 Anchieta 090 Jacarepaguá 091 Ricardo de Albuquerque 092 Pavuna 093 Coelho Neto 094 Afel 095 Barros Filho 096 Costa Barros 097 Penha 098 Penha Circular 099 Barra de Piraí 100 Vigário Geral 101 Ilha do Governador 102 Zumbi 103 Cajuá 104 Parangaba 105 Vigário Geral 106 Praia de Maracanã 107 Cocosá 108 Encantado 109 Piedade 110 Abolição 111 Planos 112 Jacarezinho 113 Jacarezinho	Região de Planejamento 3.4 - Inhaúma XIII RA - Anchieta 109 Guadalupe 110 Anchieta 111 Parque Anchieta 112 Ricardo de Albuquerque 113 Pavuna 114 Coelho Neto 115 Afel 116 Barros Filho 117 Costa Barros 118 Penha 119 Penha Circular 120 Barra de Piraí 121 Vigário Geral 122 Ilha do Governador 123 Zumbi 124 Cajuá 125 Parangaba 126 Vigário Geral 127 Praia de Maracanã 128 Cocosá 129 Encantado 130 Piedade 131 Abolição 132 Planos 133 Jacarezinho 134 Jacarezinho	Região de Planejamento 3.5 - Penha XIV RA - Penha 121 Penha 122 Penha Circular 123 Barra de Piraí 124 Vigário Geral 125 Ilha do Governador 126 Zumbi 127 Cajuá 128 Parangaba 129 Vigário Geral 130 Praia de Maracanã 131 Cocosá 132 Encantado 133 Piedade 134 Abolição 135 Planos 136 Jacarezinho 137 Jacarezinho	Região de Planejamento 4.1 - Jacarepaguá XV RA - Jacarepaguá 138 Jacarepaguá 139 Anil 140 Gardênia Azul 141 Guincho 142 Freguesia (Jacarepaguá) 143 Pechincha 144 Teófilo 145 Banque 146 Praça Seca 147 Vila Veloso 148 Jardim Sulacap 149 Cidade de Deus 150 Barra da Tijuca 151 Barra da Tijuca 152 Joozão 153 Santa Cruz 154 Campo Grande 155 Senador Vasconcelos 156 Inhaúma 157 Cosmos	Região de Planejamento 5.1 - Bangu XVI RA - Bangu 158 Padre Miguel 159 Bangu 160 Senador Camará 161 Geremio 162 Vila Kennedy 163 Rio de Janeiro 164 Bangu 165 Campo dos Afonsos 166 Jardim Sulacap 167 Magalhães Bastos 168 Restinga 169 Campo Grande 170 Santíssimo 171 Campo Grande 172 Senador Vasconcelos 173 Inhaúma 174 Cosmos	Região de Planejamento 5.2 - Santa Cruz XVII RA - Santa Cruz 175 Pádua 176 Santa Cruz 177 Sepetiba 178 Guaratiba 179 Barra de Guaratiba 180 Pedra de Guaratiba	Região de Planejamento 5.3 - Guaratiba XVIII RA - Guaratiba 181 Guaratiba 182 Barra de Guaratiba 183 Pedra de Guaratiba	Regiões de Planejamento 1.1 - Centro 2.1 - Zona Sul 2.2 - Tijuca 3.1 - Ramos 3.2 - Madureira 3.3 - Inhaúma 3.4 - Penha 3.5 - Pavuna 3.7 - Ilha do Governador 4.1 - Jacarepaguá 4.2 - Barra da Tijuca 5.1 - Bangu 5.2 - Campo Grande 5.3 - Santa Cruz 5.4 - Guaratiba



Fonte: Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro
 Lei Complementar nº 111/2011

3.3 A Zona Portuária e o Bairro Caju

O bairro Caju está situado na zona portuária da cidade onde está localizado o terceiro porto mais importante do Brasil, sendo uma importante via de exportação.

Acontece que nem por isso, o referido bairro deixa de ser o 16º mais mal colocado entre 126 bairros do município do Rio de Janeiro, no *ranking* do índice de desenvolvimento humano por bairros do município do Rio de Janeiro, segundo dados do censo do IBGE, 2010.

Além disso, de acordo com censo a população era de 20.477 pessoas, em 2010. Porém, de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), atualizado em 23/07/2019, estão cadastradas na unidade de atenção básica que atende o bairro, Centro Municipal de Saúde Fernando Antônio Braga Lopes, 31.345 usuários.

No bairro se localizam sete favelas com altos índices de criminalidade e violência. São elas: São Sebastião, Ladeira dos Funcionários, Quinta do Caju, Parque Nossa Senhora da Penha (Manilha), Parque Boa Esperança (Chatuba), Parque Conquista e Parque da Alegria.

Além disso, o bairro Caju apresenta, dentre os bairros da zona portuária, o pior índice de desenvolvimento social (IDS)³, vide tabela 2. O IDS é medido numa escala de 0 a 1.

Tanto o IDS do bairro quanto das suas favelas, conforme tabela 3, estão em torno de 0,5. Esse indicador reflete as condições de vulnerabilidade social existente naquele território, destacando-se a grave desigualdade de renda como principal variável influenciadora de resultado. Do total dos domicílios do bairro, 42 % apresentam renda per capita de até um salário mínimo, enquanto somente 14% representa o percentual acima de 5 salários mínimos conforme apresentado na tabela 3.

³ O IDS foi inspirado no conhecido Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, calculado pela ONU (PNUD) para inúmeros países do mundo que, por sua vez tem servido de base para a construção de uma série de outros índices compostos. Sua finalidade é medir o grau de desenvolvimento social de uma determinada área geográfica em comparação com outras de mesma natureza. Como qualquer índice sintético do tipo, o IDS combina, de uma determinada forma, algumas variáveis que melhor caracterizem diversas facetas do fenômeno em estudo.

Tabela 2 Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e seus indicadores constituintes, segundo as Áreas de Planejamento, Regiões de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros - Município do Rio de Janeiro - 2010

Áreas de Planejamento, Regiões de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros	Índice de Desenvolvimento Social	% de domicílios com serviço de abastecimento de água adequado	% de domicílios com serviço de esgoto adequado	% de domicílios com serviço de coleta de lixo adequado	Nº de banheiros por moradores	% de analfabetismo de 10 a 14 anos	Rendimento domiciliar per capita em salários mínimos	% dos domicílios, com rendimento domiciliar per capita até um salário mínimo.	% dos domicílios com rendimento domiciliar per capita superior a 5 salários mínimos
Município do Rio de Janeiro	0,609	98,466	90,932	99,252	1,504	2,013	2,27	42,163	14,277
Área de Planejamento 1	0,6	99,496	97,407	98,69	1,25	2,196	1,689	44,069	8,351
Região de Planejamento 1.1 – Centro	0,6	99,496	97,407	98,69	1,25	2,196	1,689	44,069	8,351
I Portuária	0,561	99,732	99,055	99,451	1,109	2,248	0,931	65,462	1,217
Caju	0,554	99,969	99,676	99,969	1,155	2,169	0,795	72,154	0,741
Gamboa	0,559	99,544	99,185	98,225	1,061	2,517	0,923	64,779	1,339
Santo Cristo	0,569	99,509	97,764	99,754	1,093	2,436	1,082	57,964	1,37
Saúde	0,583	99,894	99,789	100	1,072	0,495	1,295	55,074	3,277

Fontes: dados - IBGE. Censo 2010; cálculos - IPP/DIG

Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e seus indicadores constituintes, segundo favelas - Município do Rio de Janeiro - 2010

Favela	Índice de Desenvolvimento Social	% de domicílios com serviço de abastecimento de água adequado	% de domicílios com serviço de esgoto adequado	% de domicílios com serviço de coleta de lixo adequado	Nº de banheiros por moradores	% de analfabetismo de 10 a 14 anos	Rendimento domiciliar per capita em salários mínimos	% dos domicílios, com rendimento domiciliar per capita até um salário mínimo	% dos domicílios com rendimento domiciliar per capita superior a 5 salários mínimos
Ladeira dos Funcionários	0,541	100	99,074	100	1,142	3,077	0,651	80,556	1,235
Parque Boa Esperança (RA - Portuária)	0,538	100	99,872	99,872	1,123	4,338	0,682	79,653	0,193
Parque Nossa Senhora da Penha	0,57	100	100	100	1,297	2,128	0,942	62,76	1,042
Parque São Sebastião	0,529	100	100	100	1,192	1,786	0,451	91,847	0
Quinta do Caju	0,558	99,876	99,506	100	1,25	0,725	0,774	72,099	0,247
Parque Alegria	0,55	100	100	100	1,2	3,67	0,797	73,069	0,198
Parque Conquista	0,54	99,792	98,129	100	0,736	1,093	0,653	76,091	0

Nota: As favelas, aqui utilizadas, resultaram de um ajuste entre os aglomerados subnormais do IBGE e as favelas cadastradas em 2010 pelo IPP.

Fontes - dados: IBGE.Censo 2010; cálculos: IPP/DIG

De acordo com Souza (2017), na sua monografia de conclusão de curso que teve como título, “*EXISTE VIDA NO CAJU: REFLEXÕES E AÇÕES EM TORNO DE UM BAIRRO DEGRADADO*”, a falta de emprego e a pobreza que assolam os moradores do bairro reflete numa juventude violenta e desesperançada.

3.4 O Empresariado local

O bairro Caju é um local extremamente estratégico para a zona portuária e para a produção de navios de grande porte, o que o levou a ser internacionalmente reconhecido.

Apesar da indústria naval e *off shore* ter entrado em decadência nos últimos anos e estarem praticamente desativadas, o bairro abriga empresas que mantêm uma grande circulação de capital.

No bairro estão situados quatro cemitérios; três usinas de concreto, Rio Mix, Super Mix e Top Mix; a usina de cal Algarea; estaleiros como o Inhaúma e o Enseada Porto Paraguaçu; indústria de produtos químicos; uma distribuidora da Coca-Cola, pátios de companhias rodoviárias interestaduais, como a 1001, Cruzeiro do Sul e Rio Doce, e várias empresas de logística multimodal, como a Libra, Multiterminais, Triunfo Logística, Ketlog, dentre outras.

4. Objetivos

- Objetivo Geral:

Criar Programa de Capacitação em tecnologia da informação para qualificar a mão de obra de jovens entre 18 e 24 anos em condições de vulnerabilidade social, residentes no Bairro Caju, considerado zona de risco e com baixo índice de desenvolvimento social.

- Objetivos Específicos:

1. Articular captação de recursos com as empresas madrinhas locais para financiar a capacitação

2. Estabelecer convênio com instituição do terceiro setor que ficará responsável pela capacitação profissional
3. Fomentar, pelo menos, um projeto de Inovação captados em zonas de risco e de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) até 2020, conforme proposto no Plano Estratégico da Cidade.
4. Promover avanço em prol do desenvolvimento sustentável motivadas por rupturas tecnológicas e sociais combinadas a fim de contribuir para a formação de um novo paradigma técnico e econômico, conforme estudo publicado pela União Europeia, *100 radical innovation breakthroughs for the future*.

5. Revisão de Literatura

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi pactuada pelos 193 Estados-Membros da ONU, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 2015 ao reconhecerem a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, inclusive a pobreza extrema, como o maior desafio global e requisito indispensável para transformar o mundo sem deixar ninguém para trás e, assim, promover o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

Como define o relatório Nosso Futuro Comum (1987), desenvolvimento sustentável é:

"O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades."

Naquela ocasião estabeleceu-se os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as 169 metas levando-se em consideração os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) procurando obter avanços naquelas metas não

alcançadas e agregam outras dimensões do desenvolvimento, como o crescimento econômico e a preservação ambiental (CNM, 2016).

A Agenda 2030, portanto, é materializada em um plano de ação voltado para as pessoas, o planeta e a prosperidade, com o propósito de fortalecer a paz universal, a partir do estabelecimento dos ODS e das metas, que visam erradicar a pobreza e promover vida digna para todos e todas dentro dos limites do planeta, no centro do desenvolvimento. Os objetivos e metas são extremamente integrados e interdependentes, traçam as diretrizes globais, para que os países partindo das suas realidades de seus territórios, das suas mazelas e prioridades, possam atuar em parceria global garantindo as melhores escolhas para a vida das pessoas e para o futuro (ONU, 2015).

No Brasil, a implementação da Agenda 2030 tem como um dos desafios a participação e o protagonismo dos municípios. A atuação desta escala do ente da federação é primordial, dentre outros motivos, para a fundamentação dos diagnósticos de cada território, que devem coadunar como força motriz dos ODS, tornando-se os principais atores da agenda global.

A partir das estratégias definidas por cada Município para o desenvolvimento, que serão refletidas nos Planos de Governo (os planos plurianuais e os orçamentos municipais), devem ser definidas as metas e indicadores aplicáveis a cada município (CNM, 2016).

Assim, alguns entes da federação como Distrito Federal, Barcarena, Rio de Janeiro, dentre outros já orientam os seus respectivos planejamentos estratégicos alinhados com os ODS.

No Distrito Federal, o Plano Estratégico 2019-2060, ao abordar os ODS, vislumbrou a possibilidade de se posicionar nos cenários nacional e mundial ao correlacionar os 17 ODS aos oito eixos estratégicos estabelecidos no documento, são eles: Gestão e Estratégia, Saúde, Segurança, Educação, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Em Barcarena, o PPA 2014-2017, utilizou a Declaração do Milênio como subsídio para o diagnóstico situacional do município e como norteadora das prioridades da gestão. E, no ano de 2016, a prefeitura passou a vincular seus planos,

programas, projetos e ações à Agenda 2030 e a incorporar seus itens a toda peça governamental.

Nesse sentido, no município do Rio de Janeiro, o plano de governo alinhado aos ODS se materializou no documento “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio 2020: mais solidário e mais humano”.

Assim, de acordo com o Planejamento Estratégico, tendo como responsabilidade ordenar o planejamento da cidade, era preciso tomar uma decisão inadiável: olhar para o futuro, tornando os instrumentos de planejamento mais alinhados e efetivos.

Dessa forma, o Plano Estratégico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para o quadriênio 2017-2020 foi estruturado tomando como base um esforço inicial, no curto prazo, de se alinhar as políticas públicas locais com os ODS. Todos os 17 ODS dialogam com as iniciativas e metas do plano caracterizando a visão moderna de planejamento sustentável da cidade.

O documento foi estruturado em quatro dimensões: econômico, urbano-ambiental, social e governança e assim foram estabelecidas 65 iniciativas estratégicas e 101 metas estratégicas.

Para fins de implementação desse Plano de Intervenção, interessa-nos a dimensão econômica, especificamente a área de resultado "Rio Global, produtivo, inovador e de oportunidades" que possui como diretrizes:

- Promover a diversidade econômica indo além do petróleo, tornando a cidade um Polo de Atração de investimentos ligado à economia do conhecimento, às indústrias criativas e às tecnologias sociais.
- Tornar a cidade inteligente e inclusiva, promovendo a modernização tecnológica, fortalecendo o sistema de informações, e oferecendo ampla cobertura digital para a conectividade entre pessoas, empresas e governo.
- Disseminar o empreendedorismo, o associativismo e o cooperativismo nos arranjos produtivos locais, criando dinamismos sociais, e multiplicar a prosperidade nas diversas centralidades do município.

- Garantir a qualificação da mão-de-obra com ênfase na formação dos jovens empreendedores.
- Promover a inclusão sócio produtiva, articulada com as atividades existentes nos territórios, de jovens, de idosos e de pessoas com deficiência.
- Garantir a capacitação e a empregabilidade dos jovens, estimulando a criação de emprego e renda em bairros e comunidades carentes.

Além disso, o PE, na dimensão econômica, apresenta como duas das sete metas para essa área de resultado:

1. Capacitar, pelo menos, 36.000 pessoas no Programa Oficina para o Emprego (OPE), através da oferta de 40.000 vagas, até 2020.
2. Fomentar 100 projetos de Inovação captados em zonas de risco e de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) até 2020.

Ainda na dimensão econômica tem-se como iniciativa Estratégica, o Capacita Rio, com objetivo de melhorar as condições de emprego e renda do cidadão carioca, priorizando a capacitação de jovens de baixa renda. Para isso, a Iniciativa contará com os projetos:

- Oficina para o Emprego (OPE): oferecerá 40 mil vagas para capacitação profissional até o final de 2020, principalmente em alguns setores de serviços. Terá parceria com o sistema S e intercâmbios internacionais;
- Trabalhador do futuro: o intuito é capacitar 1/3 das vagas no OPE em cursos considerados o futuro do mercado de trabalho. Para isso, serão realizadas pesquisas para identificar essas áreas e, se for o caso, firmar parcerias para concretizar o projeto;
- Forsoft Rio: associação entre a prefeitura, a ASSESPRO-RJ e Empresas-Madrinhas para a formação profissional de jovens em tecnologia da informação (TI), com posterior contratação de, no mínimo, 30% dos capacitados;

- Sistema de Informação do Mercado de Trabalho: gerador de informações, conhecimento e análises sobre o mundo do trabalho;
- Agentes da Transformação: visa capacitar jovens em coletores de informação e construir uma série histórica de dados sobre jovens moradores de áreas mais vulneráveis e suscetíveis à informalidade.

Outra iniciativa estratégica dessa área de resultado é o Inova Rio que dentre os resultados esperados, cabe destacar: transformação do Rio de Janeiro na capital brasileira da Criatividade e Tecnologia, integração dos centros tecnológicos da Cidade, inclusão da população de baixa renda e apropriação do tão desejado "estilo de vida carioca" como um diferencial de qualidade e bem estar e qualificar jovens e adultos em cursos na área de inovação e tecnologia.

A capacitação em tecnologia da informação, proposta nesse Plano de Intervenção, contribuirá para que o município atinja as metas das iniciativas estratégicas propostas no Plano Estratégico e alinhadas aos ODS. Na Iniciativa Capacita Rio, faz parte do conjunto de metas propriamente dito enquanto, na Inova Rio, será a base de uma plataforma de inovação com impacto social.

De acordo com o PE, as metas das iniciativas estratégicas, Capacita Rio e Inova Rio estão alinhadas com os seguintes ODS:



ODS 4 – Educação de Qualidade - Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

A capacitação em tecnologia da informação direcionada a jovens em condições de vulnerabilidade social possibilita a educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Assim, promove oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, desde jovens até idosos.



ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos e todas

O mercado de trabalho, em especial na área de tecnologia, possui vagas formais e bem remuneradas, que estão ociosas por conta da falta de profissionais qualificados na área. A capacitação possibilitará o acesso dos jovens a esses postos de trabalho.



ODS 11 – Cidade e Comunidades Sustentáveis - Tornar os assentamentos humanos inclusivos, seguros e resilientes e sustentáveis.

O acesso a educação de qualidade e ao emprego digno a pessoas residentes em territórios de favela cria um ambiente propício a melhor gestão do espaço público, o acesso à habitação segura e a urbanização das favelas.

Porém, tendo em vista que os ODS são integrados, interligados e indivisíveis, acredita-se que o “input” nesses ODS citados possam gerar “outcomes” em outros, já que essa capacitação é uma aceleradora dos ODS, como:



ODS 1 – Erradicação da Pobreza - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

A população em condição de pobreza e extrema pobreza tem muita dificuldade de ingressar no mercado de trabalho formal, gerando elevadas taxas de desocupação e agravando ainda mais as suas condições de vulnerabilidade. O acesso à educação de qualidade e a renda por meio da sua inserção no mercado de trabalho favorece a redução dos níveis de pobreza e pobreza extrema.



ODS 10 – Redução das Desigualdades - Reduzir a desigualdade dentro dos países e fora deles.

O binômio “educação de qualidade e emprego digno” proporciona a igualdade de oportunidade. Isso acarreta impacto no combate a concentração de renda hoje existente no Brasil.



ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

A formação de parcerias é fundamental para a implementação da Agenda 2030. Para tanto, esse projeto de intervenção prevê a articulação entre diversos atores da sociedade; prefeitura, organizações da sociedade civil e empresariado; que estarão organizados para que cada parceiro assuma o seu papel com o intuito de resolver um problema comum.

Segundo o documento Transformando o nosso mundo (ONU, 2015):

“Este é também, no entanto, um momento de grande oportunidade. Progresso significativo tem sido logrado na superação

de muitos desafios ao desenvolvimento. Na geração passada, centenas de milhões de pessoas deixaram a pobreza extrema. O acesso à educação aumentou consideravelmente tanto para meninos quanto para meninas. A disseminação da informação e das tecnologias de comunicação e interconectividade global têm grande potencial para acelerar o progresso humano, para eliminar o hiato digital e desenvolver sociedades do conhecimento, tal como a inovação científica e tecnológica em áreas tão diversas como medicina e energia”.

5.1 Alinhando as metas globais, nacionais e municipais

A ONU, em diversos documentos, incentiva os países a levarem em consideração suas realidades e prioridades nacionais no momento de definição das estratégias a serem adotadas para o alcance dos objetivos da Agenda. No entanto, alerta que, nesse processo, não se deve permitir redução na magnitude e abrangência da agenda global. É nesse contexto que o Brasil empreende esforços para promover a adaptação a sua realidade das metas estabelecidas globalmente. As características e especificidades da nação brasileira são tantas que, muitas vezes, não se veem representadas de maneira satisfatória em acordos globais (IPEA, 2018).

Dada a importância desse processo, o governo federal por meio da secretaria de governo, criou a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS), instituída no DECRETO N° 8.892, de 27 de outubro de 2016, com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no Brasil (IPEA, 2018).

A CNODS incluiu no seu Plano de Ação 2017-2019, as atribuições de adequar as metas globais à realidade brasileira e de definir indicadores para acompanhar o seu cumprimento. Para isso, delegou ao Ipea, como Instituição de Assessoramento Técnico Permanente, a responsabilidade de coordenar o processo de elaboração de uma proposta de adequação das metas globais dos ODS (IPEA, 2018).

Assim, em 31/12/2018, o IPEA publicou o Relatório de Proposta de Adequação das Metas Globais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.




No Rio de Janeiro, para internalizar a Agenda 2030, foi instituído o Decreto n° 42.796, de 1° de Janeiro de 2017, criando o Comitê para elaborar o Plano de Desenvolvimento Sustentável.

Tendo como responsabilidade ordenar o planejamento da cidade, tornando os instrumentos de planejamento mais alinhados e efetivos, o plano estratégico (2017-2020) e o Plano Plurianual (PPA) de 2018 a 2021 foram elaborados de forma articulada e integrada (Plano Estratégico, 2017).

Levando-se em consideração que os ODS são integrados, interligados e indivisíveis, na tabela 4 demonstra-se o alinhamento das metas propostas pelo Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro que dialogam com a proposta de adequação às metas globais sugeridas pelo IPEA, com as metas globais propriamente ditas e os ODS correspondentes.

Nesse contexto, a capacitação em tecnologia da informação proposta nesse Plano de Intervenção acarreta resultados positivos no desenvolvimento local a partir do cumprimento das metas propostas no próprio Plano Estratégico, assim como, remete resultados em âmbito nacional que refletirão impacto nas metas globais e, conseqüentemente, nos ODS.

Tabela 4: Os ODS dialogando com a proposta de adequação a metas globais do IPEA e as metas municipais do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro

ODS	Meta Global (ONU)	Meta Nacional *	Meta Plano Estratégico Municipal**
 <p>Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, pleno emprego e produtivo, e trabalho decente para todos e todas</p>	8.6 - Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.	8.6 - Alcançar uma redução de 3 pontos percentuais até 2020 e de 10 pontos percentuais até 2030 na proporção de jovens que não estejam ocupados, nem estudando ou em formação profissional.	<p>Capacitar, pelo menos, 36.000 pessoas no Programa Oficina para o Emprego (OPE), através da oferta de 40.000 vagas, até 2020.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incrementar em 30% o número de novas empresas na cidade até 2020. - Atingir a marca de 4 bilhões de dólares em investimentos externos diretos até 2020 - Fomentar 100 projetos de Inovação captados em zonas de risco e de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) até 2020;
 <p>Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</p>	4.3 - Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e as mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade.	4.3 - Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.	
 <p>Tornar as cidades e os assentamentos urbanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.</p>	11.1 - Até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.	11.1 - Até 2030, garantir o acesso de todos a moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.	

Fonte: Elaboração Própria

*Proposta de Adequação de Metas, IPEA 2018

**Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, PCRJ 2017

5.2 Os ODS e as parcerias para implementação.

Além de todo o esforço para se internalizar e interiorizar os ODS como políticas de Estado, não se pode deixar de fora a importância da participação do setor privado e do terceiro setor para a implementação da Agenda 2030.

O ODS 17, Parcerias e Metas de Implementação, faz essa provocação no sentido de lembramos que essa Agenda é de todos e todas, ou seja, todos nós somos responsáveis pela sua implementação.

No documento da Agenda 2030, as metas de implementação referem-se a recursos humanos, financeiros, tecnológicos e de governança (arranjo institucional e ferramentas: legislação, planos, políticas públicas, programas, etc.) necessários ao alcance dos ODS (IPEA,2018).

De acordo com o Relatório do Ipea (2018), alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável requer mobilização e fortalecimento de parcerias que possam trazer e usar efetivamente todo o conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros disponíveis para o desenvolvimento sustentável. As parcerias devem ser complementadas pelas parcerias multissetoriais, que envolvem os atores estatais, os organismos internacionais, o setor privado, a sociedade civil.

Tendo como embasamento jurídico a Lei de Inovação, lei n. 13.243 de 2016, onde os governos estaduais e municipais podem normatizar o passo a passo das contratações de startups, aumentando a segurança jurídica do processo decisório e o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), Lei n. 13.019/2014 já institucionalizado no município do Rio de Janeiro através do Decreto n. 42.696 de 26 de dezembro de 2016 se estabelecerá o instrumento jurídico para operacionalizar a parceria com os empresários e com o Terceiro Setor.

6. Metodologia

6.1 A Construção do Plano de Intervenção

Como metodologia de coleta de dados para o presente plano de intervenção utilizou-se a análise documental e as observações empíricas como principais fontes de informação.

Inicialmente, para identificação do problema a pesquisa iniciou-se no site da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro onde se encontram o balanço do primeiro ano de mandato atual e o relatório produzido pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas, da Fundação Getúlio Vargas, O Rio em perspectiva: Um diagnóstico de escolhas públicas.

Concomitantemente, foram analisados dados do IBGE sobre a cidade do Rio de Janeiro e divulgados pelo Instituto Pereira Passos como Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Desenvolvimento Social por bairros e favelas.

Além disso, utilizou-se o Plano Estratégico da cidade, do período 2017-2020, para ratificar a intenção desse plano de intervenção tendo como base o diagnóstico da cidade apresentado para a formulação das iniciativas e metas estratégicas propostas naquele e alinhadas aos ODS.

6.2 A Execução do Plano de Intervenção

Dada a dimensão do município, optou-se por escolher um bairro para melhor localizar esse plano de intervenção. Logo, devido as suas condições socioeconômicas já apresentadas, elegeu-se o bairro do Caju para a implementação dessa proposta.

O público alvo da intervenção será jovens entre 18 a 24 anos, residentes no Caju, preferencialmente em territórios de favela, expostos a vulnerabilidades sociais, que possuem vocação para atuarem no setor de tecnologia e vontade de se tornarem profissionais programadores aptos a ingressar no setor.

Essa é a faixa etária mais atingida pela crise de empregabilidade no Rio de Janeiro, conforme os dados disponibilizados pelo IBGE e apresentados nesse trabalho.

Assim, a Prefeitura articulará parceria com as empresas locais, como madrinhas do projeto, com o intuito de captar recursos financeiros para viabilizar esse projeto de intervenção.

Após a sensibilização para a captação de recursos, a prefeitura lançará edital de chamamento público para a escolha de entidade do Terceiro Setor com capacidade de implementar o tipo de formação proposta e estabelecer um contrato de parceria voluntária.

A prefeitura formará comissão integrada por um representante da Casa Civil, um da Secretaria Municipal de Educação e um da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação que ficará responsável pela elaboração do edital de chamamento público e escolha da melhor proposta técnica.

Após, a escolha da entidade parceira, será instituída outra Comissão para seleção dos alunos. Essa deverá ser composta por, pelo menos, um assistente social, um pedagogo e um psicólogo designados pela Prefeitura e pela organização social.

6.3 A Formação em Tecnologia da Informação

O curso terá duração de um ano, dividido em três módulos de quatro meses. Cada módulo possui 144 horas/aula de duração. Os alunos receberão aulas três vezes por semana podendo optar pelos turnos da manhã ou tarde.

Nas aulas de habilidades técnicas, os alunos aprenderão as linguagens de programação tornando-se aptos ao final do curso a elaborarem páginas web, interfaces interativas e serviços digitais. Além disso, espera-se que o aluno esteja apto a atingir, pelo menos, o nível 3 da classificação de responsabilidades do *Skills Framework for the Information Age (SFIA)*⁴. Assim, espera-se que o aluno desenvolva as seguintes habilidades conforme descrito na tabela 5.

⁴ SFIA é destinado a ser um modelo de referência para o mundo digital, para a TI e para a comunidade de engenharia de software – as habilidades profissionais refletem isso, embora muitas sejam diretamente relevantes fora desta área. Sua aplicabilidade universal significa que o SFIA pode ser estendido para além destas áreas amplas, para qualquer iniciativa técnica e, provavelmente, para além disso também. Estes níveis de responsabilidade permitem a integração de diferentes atividades profissionais utilizando os níveis de responsabilidade como uma fundação, parcialmente ou de toda a estrutura organizacional para o modelo SFIA.

Tabela 5 - Habilidades segundo classificação do SFIA*

Habilidade	Descrição
Autonomia	Trabalha sob a direção geral. Possui critérios para identificar e responder a questões e atribuições complexas. Recebe direções específicas, aceita orientação e tem trabalho revisto com base em metas acordadas. Determina quando questões devem ser escaladas para um nível mais alto.
Influência	Interage e influencia colegas. Possui contato de trabalho com clientes, fornecedores e parceiros. Pode supervisionar outros ou tomar decisões que afetam o trabalho atribuído a indivíduos ou fase de projeto. Compreende e colabora na análise das necessidades de usuários/clientes e as reflete em seu trabalho.
Conhecimento	Possui sólido conhecimento genérico e especializado, necessário para atuar eficazmente na organização, tipicamente adquirido por meio de práticas reconhecidas e através de informações organizacionais. Demonstra a aplicação eficaz do conhecimento. Possui entendimento do contexto mais amplo de negócios. Toma medidas para desenvolver o conhecimento próprio.
Habilidade de Negócios	<p>Demonstra habilidades de comunicação eficazes.</p> <p>Planeja, programa e monitora o próprio trabalho próprio (e de outros quando aplicável) com competência, dentro de prazos limitados, e de acordo com a legislação pertinente, normas e procedimentos.</p> <p>Contribui plenamente para o trabalho das equipes. Sabe como o seu papel se relaciona com outros papéis, e com o negócio do empregador ou do cliente.</p> <p>Demonstra uma abordagem analítica e sistemática para resolução de problemas.</p> <p>Toma a iniciativa na identificação e negociação de oportunidades de desenvolvimento pessoal adequado.</p> <p>Entende como o seu próprio papel impacta a segurança e demonstra práticas de segurança rotineiras e conhecimento requerido para seu próprio trabalho.</p>

Fonte: Elaboração Própria

* Skills Framework for the Information Age, 2003-2018

8. Recursos Necessários

O plano de recursos desse projeto se consubstanciará na elaboração de termo de referência para edital de chamamento público para empresa do terceiro setor que celebrará contrato com a prefeitura e se comprometerá em fornecer materiais, serviços e mão de obra de acordo com cronograma de despesa estabelecido.

8.1 Recursos materiais necessário

Recurso	Descrição
Notebook	Processador 1.80GHz até 4GHz, cache de 8MB, Memória de 8GB, DDR4, 2400 MHz; até 32 GB, Unidade de estado sólido de 128GB + disco rígido de 1TB (5400 RPM), Tela LED Full HD de 15,6" (1920 x 1080), com antirreflexo
TV 50	Smart TV LED 50", Full HD 2 HDMI 2 USB com conversor digital integrado
Cadeira fixa	Cadeira Secretária Fixa, pé palito sem braço.
Mesa	Mesa secretária sem gaveta
Armário de Aço	Armário de aço com 4 prateleiras - 2 m x 90cm chapa 24
Lanche	Um suco, um sanduiche de pão com queijo, uma barrinha de cereais e uma fruta.

8.2 Aquisições e contratações necessárias

Inicialmente, será feito chamamento público para seleção de empresa do terceiro setor que ficará responsável pela execução do curso. Essa empresa ficará responsável pelas aquisições e contratações. Sendo assim,

comporá o cronograma de despesa desse contrato os seguintes itens para a instalação de um laboratório com capacidade para treinamento de trinta alunos:

- 15 notebooks
- 2 TVs 50"
- 30 cadeiras fixas
- 15 mesas de escritório
- 2 armários de aço
- 240 lanches por mês
- 1 professor online
- 1 instrutor presencial
- 1 assistente social
- 1 pedagogo
- 1 psicólogo

9. Resultados Esperados

A capacitação em tecnologia da informação possibilitará a empregabilidade dos jovens cariocas, em especial os de baixa renda. Além disso, ela promoverá aumento do valor agregados dos profissionais, atrairá investimento e proporcionará o crescimento econômico.

Assim, a educação digital como aceleradora dos ODS promove impacto diretos em, pelo menos, 6 dos 17 ODS: educação de qualidade, emprego digno e crescimento econômico, cidades sustentáveis, redução das desigualdades, erradicação da pobreza e parcerias e meios de implementação.

10. Referências Bibliográficas

BRASIL. DECRETO N° 8.892, de 27 de outubro de 2016. Cria a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Presidência da República, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2016/Decreto/D8892.htm.

Acesso em: 01 ago. 2019.

BRASIL. LEI N° 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Poder Executivo, Presidência da República, Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm.

Acesso em: 01 ago. 2019.

BRASIL. LEI N° 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Poder Executivo, Presidência da República, Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm.

Acesso em: 05 ago. 2019.

BRASIL. Governo Federal. Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE. Consultar Estabelecimento. Disponível em: http://subpav.org/cnes/cnes_listar.php. Acesso em: 19 ago.2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Guia para Integração dos ODS nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/2855>. Acesso: em 20 jun. 2019.

_____ Guia para Localização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O que os gestores Municipais precisam saber. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/index.php/biblioteca/exibe/2855>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. Rio Transparente. Receitas por Órgão. Disponível em: <http://riotransparente.rio.rj.gov.br/#>. Acesso em: 05 jul. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Governo do Distrito Federal. Planejamento Estratégico 2019-2060. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.seplag.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Book_PEDF_Plano_Estrategico_final.pdf. Acesso em: 05 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conheça Cidades e Estados. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso: em 10 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD Contínua: Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2018. Disponível em: [file:///Users/desireequeiroz/Downloads/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2018%20\(1\).pdf](file:///Users/desireequeiroz/Downloads/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2018%20(1).pdf). Acesso em: 05 jul. 2019.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Índice de Desenvolvimento Social (IDS) por Áreas de Planejamento (AP), Regiões de Planejamento (RP), Regiões Administrativas (RA), Bairros e Favelas do Município do Rio de Janeiro – 2010. Disponível em: <http://www.data.rio/datasets/f7ec7718c6ab403e9171d898538ab798>. Acesso em 10 fev. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. ODS – Metas Nacionais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf. Acesso em: 01 ago. 2019.

LOPES, Maurício Antônio. Inovações e Avanços radicais que definirão o nosso futuro. Comex do Brasil, 19 jul.2019. Disponível em: <https://www.comexdobrasil.com/inovacoes-e-avancos-radicaais-que-definirao-o-nosso-futuro/>. Acesso em: 01 ago. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Conheça os novos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

PREFEITURA DE BARCARENA. Localização da Agenda 2030. Barcarena, PA, 2017.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. O Rio em perspectiva: Um diagnóstico de escolhas públicas. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1753111/4188214/DAP_20170406_Relatorio_FINAL_23h35HI.pdf. Acesso em: 01 fev. 2019.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: Rio 2020 mais solidário e mais humano. Disponível em: <http://prefeitura.rio/web/planejamento/conheca-o-plano>. Acesso em: 01 fev. 2019.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Um ano de Governo. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7634045/4208492/FINANCAS_PDF.pdf. Acesso em: 01 fev. 2019.

RIO DE JANEIRO. DECRETO N°42.696, de 26 de dezembro de 2016. Consolida as normas de Parcerias Voluntárias no âmbito da Administração Pública Municipal. Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro. Poder Executivo, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/53246Dec%2042696_2016.pdf. Acesso em: 01 ago. 2019.

RIO DE JANEIRO. Decreto n° 42.796, de 1° de janeiro de 2017. Cria Comitê para elaborar plano de desenvolvimento sustentável, na forma que menciona. Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro. Poder Executivo, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2017/4295/42941/decreto-n-42941-2017-dispoe-sobre-a-coordenacao-do-plano-estrategico-e-do-plano-de-desenvolvimento-sustentavel-na-forma-que-menciona>. Acesso em: 01 ago. 2019.

RIO DE JANEIRO. Lei Complementar nº111 de 1º de Fevereiro de 2011. Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor no Rio de Janeiro e dá outras providências. Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro. Poder Executivo, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4600307/4117400/lei_compl_111.pdf. Acesso em: 01 set. 2019.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 6.317 de 16 de Janeiro de 2018. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021. Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro. Câmara Municipal, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.camara.rj.gov.br/controlatividadeparlamentar.php?m1=legislacao&m2=leg_municipal&m3=leiord&url=http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/7cb7d306c2b748cb0325796000610ad8/bf7d43779b305f2483258217005e38ac?OpenDocument. Acesso em: 01 ago. 2019.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL. Mercado de trabalho está aquecido na área de tecnologia. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/senac-rs/noticias/mercado-de-trabalho-esta-aquecido-na-area-de-tecnologia>. Acesso em: 14 fev. 2019.

SISTEMA INTEGRADO DE CODIFICAÇÃO INSTITUCIONAL. Secretaria Municipal da Casa Civil. Disponível em: <http://sici.rio.rj.gov.br/PAG/principal.aspx>. Acesso em: 06 set. 2019.

SFIA Foundation. Reference and guide to SFIA version 7. Disponível em <https://www.sfia-online.org/pt/sfia-7>. Acesso em: 01 ago. 2019.

Souza, Ricardo Costa. Existe vida no Caju: reflexões e ações em torno de um bairro degradado. 2017. Monografia. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/4504>. Acesso em: 18 ago. 2019.

